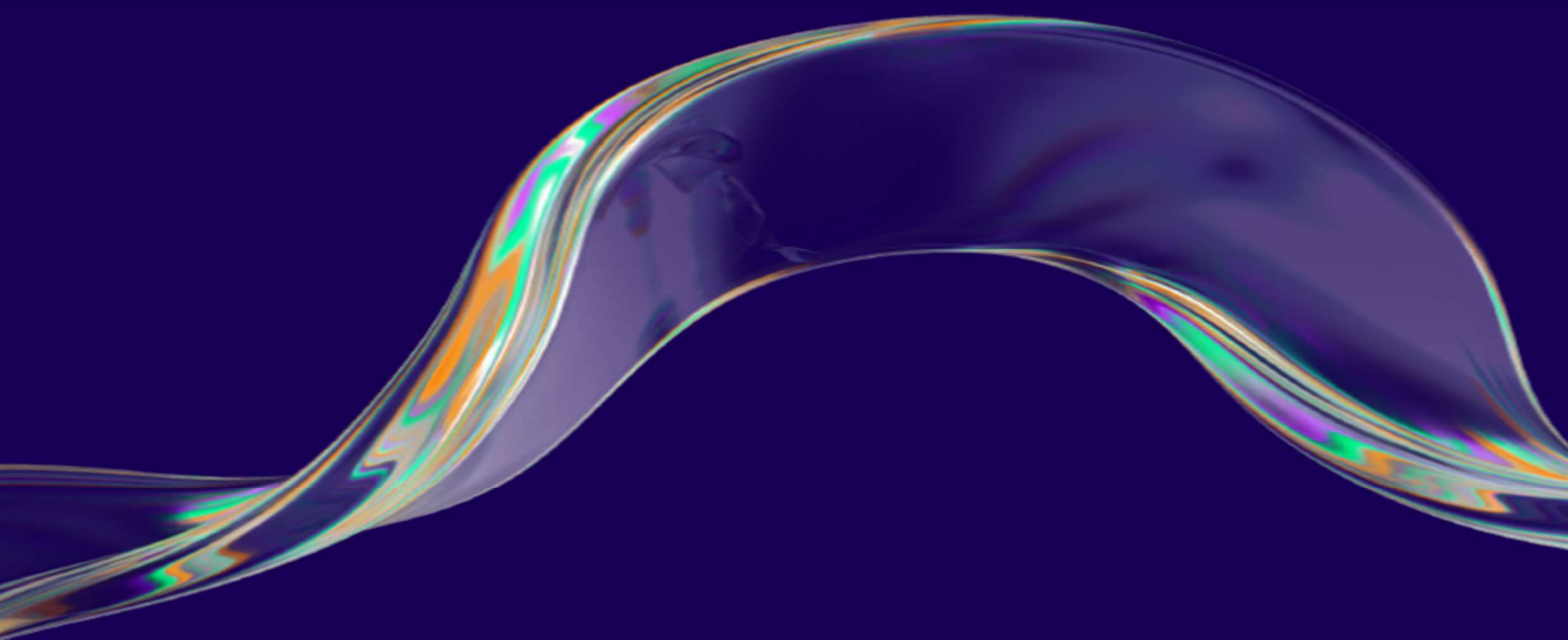


**Ventos de São Bernardo
Energias Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e
relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	13
5	Receita.....	13
6	Custos e despesas.....	15
7	Resultado financeiro líquido.....	15
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	15
9	Contas a receber de clientes.....	16
10	Imobilizado.....	17
11	Financiamentos.....	20
12	Provisão para litígios.....	21
13	Obrigaões de desmobilização de ativos.....	22
14	Partes relacionadas.....	23
15	Patrimônio líquido.....	24
16	Imposto de renda e contribuição social.....	24
17	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	25
18	Seguros.....	30

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	55.659	38.682
Custo com energia elétrica	6	(17.601)	(3.834)
Custo com operação	6	(15.039)	(14.970)
Lucro bruto		23.019	19.878
Receitas (despesas) operacionais	6		
Gerais e administrativas		(4.318)	(1.754)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		12	3
		(4.306)	(1.751)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		18.713	18.127
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		2.492	1.890
Despesas financeiras		(18.256)	(18.377)
		(15.764)	(16.487)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.949	1.640
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(2.613)	(1.862)
Lucro (prejuízo) do exercício		336	(222)

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	336	(222)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	336	(222)

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.949	1.640
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Variações monetárias de financiamentos	11 (c)	17.633	17.406
Depreciação e amortização	6	11.346	11.535
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	183	180
Rendimento sobre conta reserva		(530)	(613)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	14	300	272
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		1	1
Provisões		4	9
		<u>31.886</u>	<u>30.430</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(2.708)	(983)
Tributos a recuperar		62	(126)
Demais créditos e outros ativos		16	(46)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		2.358	(7.086)
Tributos a recolher		(354)	(246)
Partes relacionadas		2.117	(4.423)
Demais obrigações e outros passivos		(145)	109
		<u>33.232</u>	<u>17.629</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações			
Juros pagos sobre financiamentos	11 (c)	(8.576)	(7.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.758)	(1.573)
		<u>22.898</u>	<u>8.972</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate sobre conta reserva		194	606
Aquisição de imobilizado		(30)	-
		<u>164</u>	<u>606</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(9.233)	(7.410)
Liquidação de arrendamentos		(9)	(2)
Aumento de capital		-	3.044
		<u>(9.242)</u>	<u>(4.368)</u>
		<u>13.820</u>	<u>5.210</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		<u>15.918</u>	<u>10.708</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
		<u>29.738</u>	<u>15.918</u>

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.738	15.918
Contas a receber de clientes	9	5.172	2.464
Tributos a recuperar		122	184
Outros ativos		393	409
		<u>35.425</u>	<u>18.975</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez – conta reserva	8	5.553	5.217
		<u>5.553</u>	<u>5.217</u>
Imobilizado	10	214.182	228.538
Intangível		7	10
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		5	13
		<u>214.194</u>	<u>228.561</u>
Total do ativo		<u>255.172</u>	<u>252.753</u>
	Nota	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	9.593	9.125
Fornecedores		3.455	4.146
Arrendamentos		6	8
Tributos a recolher		1.009	508
Partes relacionadas	15	2.117	-
Outros passivos		841	988
		<u>17.021</u>	<u>14.775</u>
Não circulante			
Financiamentos	11	178.149	178.610
Arrendamentos		-	6
Provisão para litígios		538	534
Partes relacionadas	15	907	907
Obrigações de desmobilização de ativos	14	3.264	2.964
		<u>182.858</u>	<u>183.021</u>
Total do passivo		<u>199.879</u>	<u>197.796</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social		61.696	61.696
Prejuízos acumulados		(6.403)	(6.739)
Total do patrimônio líquido		<u>55.293</u>	<u>54.957</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>255.172</u>	<u>252.753</u>

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2023		58.652	(6.517)	52.135
Prejuízo do exercício		-	(222)	(222)
Total resultado abrangente do exercício		-	(222)	(222)
Aumento de capital		3.044	-	3.044
Destinação do resultado do exercício		3.044	-	3.044
Em 31 de dezembro de 2023		61.696	(6.739)	54.957
Em 1º de janeiro de 2024		61.696	(6.739)	54.957
Lucro líquido exercício		-	336	336
Total resultado abrangente do exercício		-	336	336
Em 31 de dezembro de 2024		61.696	(6.403)	55.293

1 Considerações gerais

A Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechada, com sede em Betânia do Piauí, que foi constituída em 10 de agosto de 2015.

A Companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos de energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São João Paulo II") e da NK 232 Empreendimentos e Participações S.A. e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de novembro de 2020, conforme resolução autorizativa ANEEL nº 9.432. A Companhia possui capacidade instalada de 45 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí III.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.3 Operação em conjunto (joint operation) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 21,74% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora e a elevadora, linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia em 2024

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
13	Provisão para litígios
14	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação;

(iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Contratos <i>wholesale</i>		26.692	-
Partes relacionadas	15	30.496	40.225
Energia de curto prazo - CCEE		776	161
		57.964	40.386
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(2.116)	(1.474)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(189)	(230)
		(2.305)	(1.704)
Receita líquida		55.659	38.682

6 Custos e despesas

					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	(14.527)	-	-	-	(14.527)	(937)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(3.074)	-	-	-	(3.074)	(2.897)
Depreciação e amortização	-	(10.719)	(627)	-	(11.346)	(11.535)
Pessoal	-	(91)	(1.825)	-	(1.916)	-
Pessoal (i)	-	(91)	(1.825)	-	(1.916)	-
Materiais	-	(7)	(34)	-	(41)	(65)
Materiais	-	(7)	(34)	-	(41)	(65)
Serviços	-	(3.236)	(1.101)	-	(4.337)	(3.432)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(2.674)	-	-	(2.674)	(2.632)
Serviços de terceiros	-	(454)	(672)	-	(1.126)	(522)
Serviços de manutenção	-	(108)	(429)	-	(537)	(278)
Outros custos e despesas líquidas	-	(986)	(731)	12	(1.705)	(1.689)
Aluguéis e arrendamentos	-	(795)	(75)	-	(870)	(592)
Seguros	-	-	(665)	-	(665)	(816)
Impostos, taxas e contribuições	-	(137)	(6)	-	(143)	(177)
Outros custos e despesas líquidas	-	(54)	15	12	(27)	(104)
	(17.601)	(15.039)	(4.318)	12	(36.946)	(20.555)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		2.492	1.874
Juros sobre ativos financeiros		-	16
		2.492	1.890
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11 (c)	(8.594)	(7.139)
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(9.039)	(10.267)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(183)	(180)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	14 (a)	(300)	(272)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(1)	(1)
Outras despesas financeiras		(139)	(518)
		(18.256)	(18.377)
		(15.764)	(16.487)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 99,46% e 101% do CDI (99,04% e 101,30% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(a) Composição

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	127	124
	<u>127</u>	<u>124</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (b)	21.773	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	7.838	15.794
	<u>29.611</u>	<u>15.794</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>29.738</u>	<u>15.918</u>
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	5.553	5.217
	<u>5.553</u>	<u>5.217</u>
	<u>35.291</u>	<u>21.135</u>

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de fundos de investimentos

	2024
Quotas de fundos de investimento	
Operações Compromissadas - Títulos públicos	19.326
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.447
	<u>21.773</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, o Fundo Odessa. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,46% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2024	Rating local 2023
AAA	35.275	21.118
Sem rating	16	17
	<u>35.291</u>	<u>21.135</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Contratos regulados - Leilão LEN	2.244	-
Partes Relacionadas (Nota 15)	2.745	2.294
Energia de curto prazo - CCEE	183	170
	5.172	2.464

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	4.989	2.464
Vencidos até 3 meses	183	-
	5.172	2.464

10 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 14).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custo de Servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	206.868	31.557	920	2.628	77	-	485	3.064	245.599	240.637
Depreciação acumulada	(14.980)	(1.923)	(48)	(99)	(7)	-	(4)	-	(17.061)	(5.531)
Saldo líquido no início do exercício	191.888	29.634	872	2.529	70	-	481	3.064	228.538	235.106
Adições	-	-	-	-	-	-	-	993	993	4.477
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(4.013)	(4.013)	-
Depreciação	(9.957)	(1.248)	(31)	(79)	(6)	-	(15)	-	(11.336)	(11.530)
Transferências	(3.040)	51	-	-	16	2	-	2.971	-	485
Saldo no final do exercício	178.891	28.437	841	2.450	80	2	466	3.015	214.182	228.538
Custo	203.828	31.608	920	2.628	93	2	485	3.015	242.579	245.599
Depreciação acumulada	(24.937)	(3.171)	(79)	(178)	(13)	-	(19)	-	(28.397)	(17.061)
Saldo líquido no final do exercício	178.891	28.437	841	2.450	80	2	466	3.015	214.182	228.538
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	5,0	3,0	3,0	6,0	14,0	3,0			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

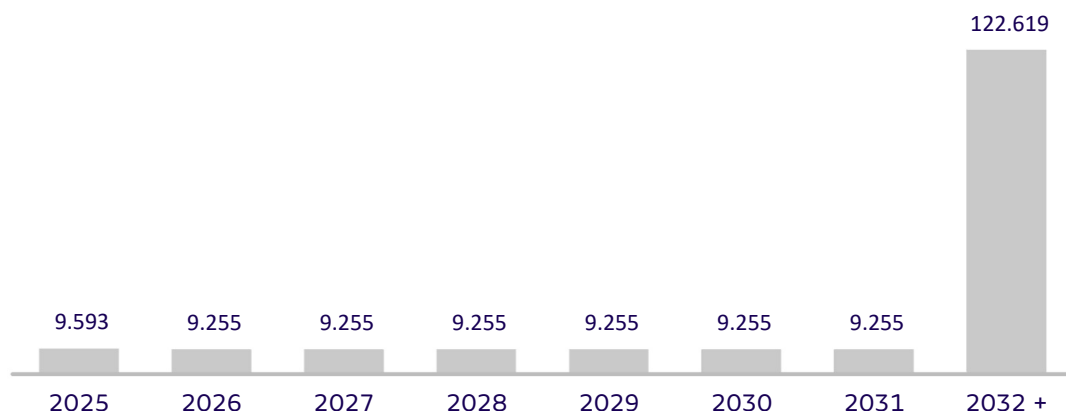
		Circulante				Não circulante			2024	
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDDES	IPCA+4,56%	9.437	(183)	339	9.593	181.664	(3.515)	178.149	187.742	100.148
		9.437	(183)	339	9.593	181.664	(3.515)	178.149	187.742	100.148

		Circulante				Não circulante			2023	
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDDES	IPCA + 4,56%	9.003	(183)	305	9.125	182.308	(3.698)	178.610	187.735	127.581
		9.003	(183)	305	9.125	182.308	(3.698)	178.610	187.735	127.581

BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	187.735	184.643
Provisões de juros (Nota 7)	8.594	7.139
Atualização monetária (Nota 7)	9.039	10.267
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	183	180
Juros pagos	(8.576)	(7.084)
Liquidações	(9.233)	(7.410)
Saldo no final do exercício	187.742	187.735

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

12 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de materiais	1.029	4.066
Fornecedores de materiais – Partes relacionadas	2.402	43
Fornecedores de serviços	24	37
	3.455	4.146

13 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 538 (R\$ 534 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda possível.

14 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisados anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	64.012	(61.048)	2.964	2.692
Ajuste a valor presente	-	300	300	272
Saldo no final do exercício	<u>64.012</u>	<u>(60.748)</u>	<u>3.264</u>	<u>2.964</u>
Não circulante	64.012	(60.748)	3.264	2.964
	64.012	(60.748)	3.264	2.964

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora direta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) – Vendas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	2.745	2.294	-	-	27.454	40.052	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	3.042	173	-	-	-	-
	<u>2.745</u>	<u>2.294</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.496</u>	<u>40.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Conta corrente										
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A	-	-	907	907	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>907</u>	<u>907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores – compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	46	43	-	-	(282)	(172)	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	2.356	-	-	-	(2.356)	(323)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(111)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.402</u>	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.638)</u>	<u>(606)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasse de custos partes relacionadas (ii)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	256	-	-	-	(256)	-	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.513	-	-	-	(1.513)	-	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	348	-	-	-	(348)	-	-	-
Consórcio Ventos do Piauí III	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.117</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.121)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.745</u>	<u>2.294</u>	<u>5.426</u>	<u>950</u>	<u>30.496</u>	<u>40.225</u>	<u>(14.759)</u>	<u>(606)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 61.696 (R\$ 61.696 em 31 de dezembro de 2023), composto por 70.257.100 (141.054.200 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e 70.257.100 ações preferenciais sem valor nominal, composto pelos seguintes acionistas:

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A e NK 232 Empreendimentos e Participações S.A.

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia e para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.613 (R\$ 1.862 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	57.965	57.965	2.492	2.492
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	4.637	6.956	2.492	2.492
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	1.135	626	623	224

	2023			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	40.386	40.386	1.890	1.890
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	3.231	4.846	1.890	1.890
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	784	436	472	170

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	2024	2023
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9	1	5.172	2.464
Ao valor justo por meio do resultado (i)				
Equivalentes de caixa	8	1	29.611	15.794
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	5.553	5.217
			35.164	21.011
			40.336	23.475
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (ii)	11		187.742	187.735
Arrendamentos			6	14
Fornecedores	12		3.455	4.103
Partes relacionadas	15		3.024	950
			194.227	192.802

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia segue a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo,

avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	17.565	17.083	48.836	190.166	273.651
Arrendamentos	6	-	-	-	6
Fornecedores	3.455	-	-	-	3.455
Partes relacionadas	2.117	907,00	-	-	3.024
	23.143	17.990	48.836	190.166	280.136
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	17.182	33.037	31.469	196.382	278.070
Arrendamentos	8	6	-	-	14
Fornecedores	4.103	-	-	-	4.103
Partes relacionadas	43	907,00	-	-	950
	21.336	33.950	31.469	196.382	283.137

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais de financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II – Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III – Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Choque nas curvas de 31/12/2024	Cenário I Resultados do cenário I	-25%	-50%	Cenários II & III +25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	35.164	151bps*	529	(1.068)	(2.136)	1.068	2.136
IPCA 4,38%	Financiamentos (i)	191.440	17bps*	(325)	2.312	4.623	(2.312)	(4.623)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* bps – basis points

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros para riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 642 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 808 em 31 de dezembro de 2023).